

Sarney vai hoje à TV para falar sobre custos da Carta

Janio de Freitas

Tudo pela crise

Exceto uma só de suas possíveis faces — a militar — a crise já alcançou todas as demais e explode por todos os poros.

Crise econômica no custo de vida a crescer por dia, na inflação livre, no aturdimiento generalizado do capital e do trabalho. Crise constitucional, no confronto intestino na Constituinte. Crise política, na deterioração das lideranças e dos partidos responsáveis pela natureza e pelo destino da chamada transição. Crise institucional, no conflito aberto pelo próprio presidente da República entre Executivo e Legislativo. Crise interna do governo, agora declarado ilegítimo, e paralisado por sua ilegitimidade, até pela figura incumbida de lhe dar fisionomia de governo, o ministro Mailson da Nóbrega. Além da matéria-prima de tudo isto, a crise moral.

É neste quadro que se deve, agora, abrir espaço para um acréscimo de inquietação: com sua decisão de acirrar o conflito entre Executivo e Constituinte, para deslocar as atenções concentradas na calamidade que é o governo, o presidente Sarney está aceitando riscos institucionais em medida que só o total descompromisso com o projeto democratizante pode admitir.

A convocação dos seis ministros militares na noite de domingo, para uma reunião com o presidente no Palácio Alvorada, foi — e não há pretexto, versão ou hipótese capaz de contestá-lo — manobra de envolvimento dos militares na investida contra a Constituinte. E envolvimento em um lado que a reunião, por si mesma, defina. Não importa se o pretexto para a convocação foi a ameaça americana de retaliações comerciais, nem que outras versões

se distribuam por aí. Este governo não é íntimo da veracidade. Suas melhores relações são com a esperança.

Não é preciso que estes reforços de comprometimento se aprofundem para que, de repente, constataremos a queda da última face ainda incólume, ou quase, no quadro da crise geral. Basta recordar certas declarações exacerbadas, algumas já urdidas no gabinete presidencial, para não duvidar de que entre os ministros militares há quem não tenha objeções muito sólidas a uma crise total e implosiva. E nela até imagine perspectivas que, por outra via, jamais se abririam.

A grande massa da oficialidade não está investindo em projeto político-institucional próprio, é verdade. Mas seu grau de insatisfação com o espetáculo nacional, e com sua situação particular, não tem equivalente em nenhum outro setor. O que dá razoável idéia da fertilidade deste terreno para o plantio de crise. E, mesmo que não fosse assim, a formação do militar para a obediência, fortalecida pelo exemplo do que aconteceu depois de 64 aos que não a exerceram plenamente, desaconselha otimismo que ultrapassem a possibilidade de uma divisão paralisante nas casernas.

O jogo à base dos recursos de intimidação tem limites. O jogo aberto por Sarney não os está levando em consideração.

O mandato de cinco anos ia trazer a eficiência administrativa, evitar "o incremento inflacionário que eleições representam", realizar a plenitude do "tudo pelo social". Trouxe o descaso imobilista, a inflação recordista e o "tudo pela crise".

Da Sucursal de Brasília e da Reportagem Local

O presidente José Sarney fala hoje em rede nacional obrigatória de rádio e televisão às 20h30. Ele pretende, segundo o porta-voz Carlos Henrique Santos, "promover o mais amplo esclarecimento público, e em particular dos senhores constituintes, a respeito das consequências de preceitos contidos no atual anteprojeto". O líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), disse que o governo terá gastos adicionais sem cobertura orçamentária de, pelo menos, Cz\$ 2,2 trilhões.

Esse número faz parte de um levantamento parcial feito pela área econômica do governo, segundo o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Em entrevista após a solenidade de entrega de Ordem do Mérito das Forças Armadas, Abreu disse que na sexta-feira encaminhou esse levantamento ao chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que os respassou ao presidente naquele mesmo dia.

Durante a solenidade no Emfa, na Esplanada dos Ministérios, Sarney teve o impulso de fazer um pronunciamento em rede nacional ainda ontem. Ele cancelou sua participação em uma solenidade no Itamaraty (a abertura da 31ª reunião da Universidade das Nações Unidas) e seguiu para o Palácio do Planalto, onde iniciou a redação do pronunciamento, pouco depois das 17h.

Sarney chegou a marcar três diferentes horários para o pronunciamento, mas desistiu de ir ao ar às 19h15, adiando-o para hoje.

Por volta das 18h a Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República expediu por telex um comunicado à Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), requisitando a formação de rede às 19h40. Meia hora depois, um novo telex mudava o horário para 20h30, coincidindo com a rede nacional paga pelas empresas multinacionais para criticar a redação do texto constitucional. Um terceiro comunicado, marcando a rede naci-



Leonidas, Lisieux, Sarney, Saboia e Moreira Lima (esq. para dir.) na entrega de condecorações das Forças Armadas

onal para 21h30, chegou a ser redigido, mas foi atropelado por um quarto, comunicando o adiamento, para hoje, da fala do presidente.

Carlos Henrique Santos informou que foi ele mesmo quem ponderou ao presidente que, às 19h15, não havia mais tempo para a gravação do pronunciamento. "Entramos na faixa crítica do horário", afirmou.

O porta-voz disse que o pronunciamento, de "mais ou menos quinze minutos", será "peça importante, se não fundamental, do esforço que ele (Sarney) acha necessário empreender nessa segunda etapa de trabalhos da Constituinte, no sentido de promover o mais amplo esclareci-

mento público, e em particular dos senhores constituintes, a respeito das consequências dos preceitos contidos no atual anteprojeto e, portanto, da oportunidade final de aperfeiçoarmos o texto, para dar ao país uma Constituição moderna, capaz de promover o desenvolvimento do país, o equilíbrio das instituições e a melhoria das condições de bem-estar da população".

O primeiro vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Carlos Eduardo Moreira Ferreira, disse ontem, em São Paulo, que a entidade está plenamente de acordo com o teor do pronunciamento do presidente.

O Emfa comemorou ontem seu 42º aniversário agradecendo 184 pessoas (na maioria militares) e seis instituições militares com medalhas da Ordem do Mérito Forças Armadas. A cerimônia foi presidida por Sarney, grão-mestre da ordem. Entre os agraciados estavam sete ministros de seu governo e seis deputados.

Dos deputados agraciados, três pertencem ao Centrão — Ricardo Fiuzza (PFL-PE), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Nilson Gibson (PMDB-PE) — e dois são da ala "histórica" do PMDB — Ibsen Pinheiro (RS) e Maurício Fruet (PR). O outro foi Adolfo de Oliveira (PL-RJ).

AS ETAPAS DA CONSTITUINTE

- 1 de fevereiro de 87**
Instalação do Congresso constituinte.
- 2 de fevereiro de 87**
O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) é eleito presidente do Congresso constituinte.
- 5 de fevereiro de 87**
Aprovação do regimento interno provisório.
- 10 a 11 de março de 87**
Aprovação do regimento permanente. Criadas oito comissões temáticas (cada qual dividida em três subcomissões) e a Comissão de Sistematização.
- 22 de março a 25 de maio de 87**
Fase de discussão nas 24 subcomissões temáticas.
- 26 de maio a 15 de junho de 87**
Fase de discussão nas oito comissões temáticas.
- 26 de junho a 18 de novembro de 87**
Fase de discussão na Comissão de Sistematização.
- 3 de dezembro de 87**
Aprovação do novo regimento interno proposto pelo Centrão.
- 27 de janeiro a 30 de junho de 88**
Votação em 1º turno.
- 25 de julho de 88**
Início da votação em 2º turno.

Sant'Anna diz que governistas querem utilizar DVS

Da Sucursal de Brasília

Diante da dificuldade em retirar pontos que considera inaceitáveis na nova Carta, o governo iniciou ontem uma ofensiva para mudar as regras do segundo turno de votação no Congresso constituinte. "Queremos ou o entendimento prévio ou a adoção do DVS (Destaque para Votação em Separado)", disse o líder governista na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que se encontrou pela manhã com presidente Sarney no Palácio da Alvorada.

Depois de encontro separado com o presidente, o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), disse que o governo faz questão das regras que vigoraram no primeiro turno, quando foi permitido o DVS (veja texto nesta página). Segundo ele, o governo não quer a rejeição do projeto ou adiar o segundo turno para depois das eleições municipais,

mas sim a revisão de alguns dispositivos (cerca de uma dúzia).

Segundo Sant'Anna, a aplicação do DVS no segundo turno atende às exigências da Emenda Constitucional nº 26, que convocou o Congresso constituinte. Essa emenda estabelece que a nova Carta deve ser aprovada em dois turnos de discussão e votação. "Os dois turnos devem ser iguais", opinou o líder governista.

O presidente do Congresso constituinte Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 71, não concorda. "Não tem DVS coisa nenhuma", murmurou quando entrava no plenário pouco depois das 15h.

Ameaça

Depois de uma reunião de manhã no gabinete do presidente da Casa, Ulysses Guimarães, sem a partici-

pação de PFL e PTB, e do encerramento da sessão por falta de quórum (230 constituintes sacionaram os terminais eletrônicos), os líderes pefelista e pedessista, José Lourenço (BA) e Amaral Netto (RJ), disseram ao líder do PMDB, Nelson Jobim (RS), que não votariam o projeto se os trabalhos não fossem suspensos por 15 dias, tempo em que seriam negociados pontos a suprimir do texto.

Esse entendimento prévio, segundo o líder do PTB, Gastone Righi (SP), está sendo preparado pelo seu partido, PFL e PDS, e seria levado à negociação hoje, antes da votação marcada para a tarde. Gastone disse que a idéia desses partidos é que seja autorizada a preferência de votação de uma dezena de pontos cuja alteração tenham decisão consensual entre as lideranças. De acordo com essa proposta, essas

emendas teriam votação simbólica, imediatamente após a aprovação do texto global do Projeto de Constituição "B".

Essa proposta esbarra no regimento interno da Casa. Segundo ele, toda matéria constitucional precisa da aprovação da maioria absoluta dos constituintes, 280 votos. Na votação simbólica, o presidente da Mesa pede aos presentes que fiquem sentados se concordarem com a proposição em votação.

PT

O líder do PT no Congresso constituinte, Luis Inácio Lula da Silva, disse no final da tarde que o partido pode decidir pela aprovação global do texto do Projeto "B", dependendo da situação que se desenhar hoje, na sessão devotadação. "Apesar de continuar achando que

este texto não atende 10% da proposta original do partido, o PT não compartilha de qualquer tentativa de emperrar ou sabotar os trabalhos constitucionais", disse Lula, acrescentando que a bancada federal se reúne às 14h e pode voltar atrás na decisão, anunciada anteriormente, de rejeitar o projeto.

Ibsen

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), criticou a proposta do governo de que os destaques para votação em separado (DVS) (veja quadro) sejam utilizados no segundo turno de votações do Congresso constituinte. "Regimentalmente, não pode haver DVS no segundo turno", disse Pinheiro. "Politicamente, eu me pergunto: será que convém reabrir a discussão.

Recurso foi introduzido pelo Centrão

Da Sucursal de Brasília

O DVS (Destaque para Votação em Separado) é um recurso introduzido no regimento interno do Congresso constituinte pelo Centrão em janeiro deste ano. De acordo com esse recurso, uma emenda que pretenda suprimir um dispositivo do texto não precisará reunir 280 votos (maioria absoluta) para ser aprova-

da. Os que estiverem interessados, em manter o dispositivo é que são obrigados a reunir 280 votos.

O regimento não faz referência ao DVS ao relacionar os procedimentos do 2º turno. Baseado nisso, o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, emitiu as normas para o 2º turno, descartando o DVS.

Planalto nega intenção de adiar votações

Da Sucursal de Brasília

O governo do presidente José Sarney desautorizou formalmente as declarações do deputado José Lourenço (PFL-PE) que indicavam uma operação com o objetivo de adiar as votações do segundo turno do Congresso constituinte ou "zerar" tudo o que foi votado até aqui. Mas o ministro da Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, o deputado Ricardo Fiuzza e um assessor de Sarney afirmaram ontem que as declarações de Lourenço serviram a dois objetivos — fortalecer a posição do governo na negociação das emendas supressivas e responder ao discurso "progressista" do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte.

O assessor de Sarney disse à Folha que o governo identificou "um complicador adicional" na proximidade da convenção nacional do PMDB (em 21 de agosto). Segundo este assessor, o governo percebe no deputado Ulysses Guimarães a necessidade de manter um discurso agradável aos setores progressistas do PMDB, o que inclui a defesa dos chamados avanços sociais aprovados em primeiro turno. Isso explica-



Lourenço, Amaral, Passarinho e Lins (esq. para dir.) na sala do líder do PDS

ria, segundo ele, a declaração de Ulysses no sábado ("Só um louco falaria em destruir a Constituinte"). "O dr. Ulysses tem que falar para duas platéias — a Constituinte e o PMDB", definiu o assessor.

Endurecimento

O deputado Ricardo Fiuzza, durante solenidade no Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), disse que o líder do PMDB no Congresso

constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), "endureceu muito nas negociações" e o ministro Antônio Carlos, na mesma solenidade, afirmou que o resultado das declarações do deputado José Lourenço contra o texto aprovado foi o de "fortalecer a posição de negociação do governo". Quanto às regras do jogo no segundo turno, ele crê que elas ainda serão ditadas pelo deputado Ulysses Guimarães. "Manda quem pode", observou. (Ricardo Amaral)